

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Analisando-se a literatura produzida sobre justiça restaurativa desde o final da década de 70 do século passado, verifica-se que há diferentes abordagens, produzidas por estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento (filosofia, psicologia social, antropologia, ciências jurídicas, pedagogia, assistência social, entre outros), incluídos acadêmicos, facilitadores de justiça restaurativa, servidores públicos e entusiastas da justiça restaurativa que buscam disseminar e fortalecer a sua implementação em nível institucional.

Dada essa pluralidade de abordagens, surgiram diversas definições de justiça restaurativa na literatura ao longo das últimas décadas, razão pela qual alguns autores atuais apontam que o conceito de justiça restaurativa ainda estaria “em aberto”. Contudo, parece haver na literatura certo consenso de que tal pluralidade seria algo positivo, por possibilitar a adaptação do conceito a diferentes contextos culturais. Alguns autores também sugerem que a justiça restaurativa seria um conceito “guarda-chuva”, ou seja, um conceito que abarca uma vasta gama de formulações, desde que sejam conservados os elementos essenciais da justiça restaurativa.

Fernanda Carvalho Dias de Oliveira Silva. A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil: práticas, discursos e desafios. São Paulo: Blucher, 2021, p. 37-38 (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos discursivos e linguísticos do texto precedente, julgue os itens subsecutivos.

- 1 No texto, o vocábulo “certo” (segundo período do segundo parágrafo) está empregado como pronome indefinido, com sentido equivalente ao de **algum**.
- 2 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o segmento “desde que sejam conservados os elementos essenciais da justiça restaurativa” (final do segundo parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **uma vez que à justiça restaurativa conserve-se os elementos essenciais à ela**.
- 3 Segundo as informações do texto, o fim da década de 70 do século passado marcou o início da abordagem do conceito de justiça restaurativa em diferentes áreas do saber.
- 4 No texto, a autora sugere tratar a justiça restaurativa como um conceito “guarda-chuva”, isto é, aplicável a várias formulações, devido à existência de diferentes definições desse instituto na literatura.
- 5 O tema central do texto é o conceito de justiça restaurativa, cujos elementos essenciais são detalhados no texto com o objetivo de apresentar ao leitor uma proposta de definição desse conceito.
- 6 A substituição da forma verbal “há” (primeiro parágrafo) por **existe** preservaria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 7 No primeiro parágrafo, o referente da forma pronominal “sua” é “justiça restaurativa”.
- 8 A vírgula empregada após a palavra “positivo” (segundo período do segundo parágrafo) poderia ser eliminada sem prejuízo da correção gramatical e das relações coesivas do texto.

De acordo com o **Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio**, a prática do discurso de ódio se caracteriza como um tipo de comunicação falada, escrita ou comportamental que ataca ou utiliza linguagem pejorativa ou discriminatória em referência a uma pessoa ou grupo, com base em fatores de identidade, como religião, etnia, gênero, entre outros. Diferentemente da desinformação (prática não intencional de compartilhamento de informações imprecisas), ou da distribuição intencional de informações falsas com o intuito de provocar dano, o discurso de ódio se expressa de forma violenta contra grupos delimitados.

O discurso de ódio *online* pode ser reproduzido em diferentes formatos, mas geralmente contém características típicas do meio digital, como o anonimato do(a) autor(a), o alcance expandido do ataque, a instantaneidade da mensagem e a formação de comunidades em torno do discurso.

Eduardo Georjão Fernandes e Valentina Fonseca da Luz.
O papel das políticas públicas no combate ao discurso de ódio na Internet.
Internet: <agenciagov.ebc.com.br> (com adaptações).

Considerando aspectos linguísticos do texto precedente e as ideias nele veiculadas, julgue os itens que se seguem.

- 9 A oração “mas geralmente contém características típicas do meio digital” (segundo parágrafo) revela uma opinião dos autores, haja vista o emprego do advérbio “geralmente”, que, nesse caso, denota totalidade.
- 10 Os termos “da desinformação” (segundo período do primeiro parágrafo) e “de comunidades em torno do discurso” (final do segundo parágrafo) desempenham, nas orações em que respectivamente ocorrem, a mesma função sintática.
- 11 O texto informa que discursos de ódio são um tipo de comunicação que se materializa de modo violento e que ataca uma pessoa ou grupos específicos.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o trecho “De acordo com o **Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio**, a prática do discurso de ódio se caracteriza como um tipo de comunicação falada, escrita ou comportamental” (primeiro parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Segundo o Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio, caracteriza-se essa prática como um tipo de comunicação (falada, escrita ou comportamental)**.
- 13 No trecho “em referência a” (primeiro período do texto), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” seria gramaticalmente incorreta.
- 14 O emprego do presente do indicativo ao longo do texto indica a intenção dos autores de descrever eventos que ocorriam no momento da produção do texto.

Julgue os seguintes itens com base na Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

- 15 No processo administrativo federal, cabe recurso, sem efeito suspensivo, contra o indeferimento de alegação de suspeição.
- 16 O servidor público não pode participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, nem exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- 17 No processo administrativo federal, a edição de atos de caráter normativo é delegável se a administração pública considerar que o interesse público assim o exige.
- 18 A ação disciplinar por infração punível com suspensão tem prazo de prescrição de dois anos, contados a partir da data em que o fato se tornou conhecido.

Com fundamento no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue os itens a seguir.

- 19 A configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende necessariamente da comprovação de que o agente público agiu, no exercício da sua função, com a finalidade de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.
- 20 A responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos contra administração pública é afastada na hipótese de transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- 21 Cabe à comissão de ética a aplicação da penalidade de censura, mediante parecer devidamente fundamentado e assinado por todos os seus integrantes, com ciência do servidor que cometeu a falta.
- 22 Para fins de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, é considerado agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por nomeação, designação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, função na administração pública.

Espaço livre

Julgue os itens que se seguem, referentes ao raciocínio analítico e à estrutura da argumentação.

- 23 A argumentação apresentada no raciocínio a seguir é apelativa.

“Prezados colegas, esperamos que os colegas aprovem o relatório apresentado, pois, nas últimas semanas, a comissão trabalhou com muito afinco na escrita desse documento.”

- 24 No texto a seguir, a conclusão é estabelecida com base em um raciocínio de natureza abdutiva.

“João e Maria são casados. João tem cabelo preto. Maria tem cabelo preto. Logo, os filhos deles também terão cabelo preto.”

- 25 No diálogo a seguir, em que A, B e C correspondem a personagens, é falaciosa a afirmação de B.

“A: — Você sabia que C vai trocar de departamento mais uma vez? Apesar de já ter passado por vários departamentos aqui da nossa empresa, C não fica muito tempo em nenhum deles, infelizmente...”

B: — Olha, em todos esses departamentos, as pessoas são unânimes em dizer que C é uma pessoa muito incompetente. Não é uma pessoa, nem são duas. São muitas! Na minha opinião, se muitas pessoas dizem isso, deve ser verdade, e C é uma pessoa incompetente mesmo.”

- 26 O argumento a seguir é dedutivamente válido.

“A maioria dos funcionários que trabalha bem nesta empresa deve receber uma bonificação financeira pelo bom serviço prestado. Ivete é uma funcionária que trabalhou bem nesta empresa. Logo, Ivete deve receber uma bonificação financeira pelo bom serviço prestado.”

- 27 Na pergunta “Ela continua saindo do trabalho às 16 horas?”, há um conteúdo implícito.

- 28 O argumento a seguir é um exemplo de argumento válido, uma vez que a verdade da conclusão está embutida na verdade das premissas.

“Quando chove na minha rua, ela fica alagada. Minha rua está alagada. Logo, choveu na minha rua.”

- 29 Na língua portuguesa, duas frases compostas dos mesmos constituintes podem descrever diferentes situações, caso varie a ordem dos constituintes nelas empregados, como se observa no seguinte par de frases.

“Maria leu seus *emails*, bebeu uma xícara de café e abriu a janela da sala.”

“Maria bebeu uma xícara de café, abriu a janela da sala e leu seus *emails*.”

- 30 No diálogo a seguir, em que A e B representam duas pessoas que conversam a respeito das palavras empregadas no livro que estão lendo, apesar de a resposta de B ser uma frase cujo conteúdo é sempre verdadeiro, A continuou sem saber o que é um gazebo.

“A: — O que é um gazebo?”

B: — Um gazebo é um gazebo.”

Considerando a teoria geral dos direitos fundamentais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Agenda 2030 da ONU, julgue os itens a seguir.

- 31 A DUDH rechaça todas as formas de escravidão, porém é silente quanto ao tráfico de pessoas escravizadas, o que se justifica pelo momento histórico de sua edição.
- 32 As chamadas gerações ou dimensões dos direitos fundamentais sucedem-se, ao longo do tempo, de modo substitutivo.
- 33 São características dos direitos fundamentais a historicidade, a imprescritibilidade e a relatividade.
- 34 A DUDH assegura a todo ser humano o direito a uma nacionalidade e veda a sua supressão arbitrária.
- 35 A Agenda 2030 da ONU reconhece a erradicação da pobreza extrema, em todas as suas formas e dimensões, como o maior desafio global e um requisito indispensável para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Julgue os próximos itens de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000.

- 36 O Estatuto da Pessoa com Deficiência contém tanto disposições cíveis quanto disposições de natureza penal.
- 37 O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com transtornos mentais, condicionando ao uso desse acessório o exercício de determinados direitos e garantias previstos no estatuto.
- 38 O dispositivo da Lei n.º 10.048/2000 que assegura às pessoas com deficiência o direito a atendimento prioritário prevê que as pessoas com transtorno do espectro autista terão preferência frente a gestantes e lactantes, bem como que as pessoas idosas terão preferência em relação a todas as demais.
- 39 As normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem ser observados tanto na zona urbana quanto na zona rural.
- 40 Faculta-se à pessoa com deficiência a dotação do processo de tomada de decisão apoiada.

Com base no Regimento Interno do TRF da 6.^a Região, julgue os itens a seguir.

- 41 O julgamento das ações penais originárias e dos *habeas corpus* independe da sua inclusão em pauta.
- 42 Compete ao Plenário do TRF da 6.^a Região julgar as revisões criminais dos julgados das seções desse tribunal.
- 43 A alegação de nulidade sanável apresentada por uma das partes na preliminar implica a conversão do julgamento em diligência, podendo o titular da relatoria ordenar, se necessário, a remessa dos autos ao primeiro grau.
- 44 O titular da relatoria, ainda que vencido no mérito do recurso ou de ação originária, fica prevento para processos conexos ainda pendentes de julgamento ou que venham a ser distribuídos subsequentemente.
- 45 No âmbito do TRF da 6.^a Região, o julgamento de *habeas corpus* no qual figure como autoridade coatora magistrado de primeiro grau é de competência das turmas do tribunal.
- 46 O pedido de vista formalizado por algum dos integrantes do órgão colegiado não impede que os demais julgadores profiram o voto na sessão de julgamento.

47 As decisões da Presidência do TRF da 6.^a Região formalizadas no âmbito das requisições de pagamento, seja no caso de precatórios, seja no caso de requisições de pequeno valor, admitem recurso administrativo para o Plenário.

48 As seções do TRF da 6.^a Região podem editar súmulas de jurisprudência, quando presente relevante questão de direito em relação à qual seja conveniente a fixação de tese acerca da jurisprudência desse tribunal.

49 O incidente de resolução de demandas repetitivas destina-se à solução de questões apenas de direito material com potencial de repetição em processos individuais ou coletivos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

50 A solicitação de preferência para o julgamento de processo incluído em pauta é prerrogativa exclusiva do Ministério Público.

Espaço livre